

JUSTIFICATIVA

O projeto em tela visa preservar o patrimônio histórico e cultural de origem africana e afro-brasileira, no âmbito do Rio Grande do Sul, considerada assim toda manifestação, produção ou obra de natureza material e imaterial que se refira à identidade, à ação, ao modo de vida ou à memória dos povos que possuem essa origem.

A presença negra no Estado está nas lendas e na própria história gaúcha, que nos momentos de paz ou de peleias, sempre contou com a participação e o testemunho dos afro-brasileiros. Desta forma, não se justifica que até o presente momento não tenhamos sob proteção o patrimônio histórico e cultural legado por essa tão importante etnia.

É importante ressaltar que a nossa capital já possui uma Lei neste sentido, a LC n.º 495, de 28 de outubro de 2003, de autoria deste Deputado, quando vereador de Porto Alegre. Entendemos que é necessária uma lei específica para a preservação do patrimônio histórico e cultural do povo negro pois por desprezo, racismo ou subestimação estes bens sofrem de uma sistemática falta de cuidado, além de verificarmos uma ausência de monumentos, logradouros, museus, que reverenciam esse tema.

Segundo dados do Observatório Afrobrasileiro, no ano de 2000, em todo o Rio Grande do Sul viviam quase 1,3 milhões de negros e negras, sendo que a maior cidade negra, em termos do tamanho da população era a capital, Porto Alegre, abrigando mais de 225 mil afro-brasileiros, seguida de Pelotas, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul. Mas sem dúvida, a pequena cidade de Lageado do Bugre, com 73% da sua população negra, era o município gaúcho com maior percentual de afro-brasileiros do Estado.

A cartilha “O Negro no Rio Grande do Sul”, elaborada pelo Ministério da Cultura, pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nos traz um breve relato sobre a colonização do Rio Grande do Sul, que oficialmente começou em 1737, mas que desde o século anterior já contava com a presença negra no pampa.

Os negros participaram da fundação da Colônia do Sacramento em 1680, perto de Montevidéu. Tomaram parte na fundação de Laguna, em Santa Catarina, em 1684. Integraram a frota de João de Magalhães em 1725, indo por terra de Laguna a São José do Norte, na primeira expedição de exploração de nosso Estado.

Encontramos os negros na Guerra Guaranítica, em 1750, e nos conflitos de fronteira com os castelhanos, na década de 1770, como lanceiros, em ação militar. Os encontramos, também, como mão-de-obra escravizada nas lavouras de trigo de açorianos e portugueses, na Feitoria do Linho-Cânhamo de Canguçu (1783-89) e em São Leopoldo (1789-1824).

Foi através da produção de charque que a mão-de-obra escravizada passou a ingressar de maneira significativa no território gaúcho, consolidando o sistema escravista no Brasil Meridional. Há registros de charqueadas com mais de 100 escravos – como a de Eugenia Ferreira da Conceição (179); Antônio José da Silva Maia (116); Barão de Buthuy (142) e outros [*Assumpção, 1995*].

Além da produção de charque, a mão-de-obra negra alavancou a agricultura e o trabalho nas estâncias, o que levou os negros a totalizarem 30% da população da Província em 1780 e 40% em 1814. Nessa época, os negros eram 51% da população de Piratini e 60% de Pelotas. Essa tendência ao crescimento da população negra foi refreada com o início da imigração alemã, em 1824, e italiana, em 1875, quando verifica-se um aumento da população branca e, como consequência, uma redução do percentual da população negra no Rio Grande do Sul.

A produção das charqueadas – executada pelo trabalho escravo em condições terríveis em razão das condições climáticas, precariedade de infra-estrutura e brutalidade do regime escravocrata – era tão importante que em 1861 o charque contribuiu com 37,7% do total da exportação do Rio Grande do Sul, e os couros com 37,2% do total. Portanto, juntos somavam 75% da produção enviada para fora da Província. A relação entre o trabalho forçado dos negros e o funcionamento das charqueadas era tal que, na medida em que se aproximava a Abolição, também diminuía o número de charqueadas. Por exemplo, no município de Pelotas, de um total de 34 charqueadas existentes em 1878, permaneciam apenas 21 às vésperas da Abolição

e 18 dois anos depois, ocasionando a diminuição da produção de charque, acarretando problemas ao abastecimento do mercado de consumo deste produto no Sudeste.

Durante a Revolução Farroupilha, a participação dos negros foi de grande importância, celebrizada nos Lanceiros Negros, que tiveram um papel decisivo em todo o desenrolar dessa luta pela República e contra o Império escravista e centralizador. Os corpos de cavalaria e de infantaria dos Lanceiros Negros eram formados por negros alforriados ou por escravos libertos pela República com a condição de lutarem pela causa republicana. Destacaram-se por sua bravura e combatividade. Ao final da luta, foram traídos por alguns chefes farroupilhas e mortos em grande número pelas tropas imperiais no “Massacre de Porongos”. Os sobreviventes foram entregues prisioneiros à Caxias.

Anos mais tarde, em 1884, os escravos foram libertados parcialmente em Porto Alegre e em Pelotas. Mas o “liberto deveria continuar servindo aos “donos” por um período de cinco anos. Até que em 13 de maio de 1888, o Brasil declarou definitivamente extinta a escravidão, através da chamada “Lei Áurea”.

Nesse então, abandonado à própria sorte, o negro do Rio Grande do Sul lutou pela sobrevivência e procurou manter suas culturas e tradições através da criação de sociedades – tais como a Sociedade Floresta Aurora (1872), a Associação Satélite-Prontidão (1902), ambas centenárias, além de outros clubes. Também surgiu a imprensa negra, como o jornal “O Exemplo” (Porto Alegre, 1892-1930), “A Alvorada” (Pelotas, 1907) e outros órgãos. Em 1910, a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro foi liderada pelo riograndense por João Cândido, celebrizado como o “Almirante Negro”.

No decorrer desses anos, a comunidade negra criou seus primeiros núcleos, que foram a Frente Negra Brasileira e a União dos Homens de Cor. A crescente conscientização e mobilização dos afro-brasileiros em busca da cidadania levou a que em 1971, através do Grupo Palmares, fosse evocado o dia 20 de novembro – data da morte de Zumbi, em 1695 – como o Dia Nacional da Consciência Negra. Atualmente os afro-brasileiros se fazem representar por diversas entidades contra o racismo e a exclusão e pela permanência de suas tradições.

Por tudo isso, é inegável a contribuição dos povos de origem africana para o desenvolvimento sociocultural e econômico do Rio Grande do Sul.

Profundas são as marcas deixadas pela raça negra na dança, na música e nos esportes (samba, capoeira), passando pelas figuras de linguagem, pelos costumes alimentares, obras e construções por eles edificadas, o carnaval e a mais recente manifestação da periferia, o hip hop.

Múltiplos são os personagens que conquistaram expressão social.

O povo africano, em que pesem as discriminações, integrou-se aos demais que para aqui foram trazidos, formando o povo e a cultura do Rio Grande do Sul.

Temos o exemplo em Porto Alegre de inúmeras obras que se tornaram verdadeiros pontos turísticos da capital, como a Ponte de Pedra, construída pelos escravos junto ao atual Largo dos Açorianos; a Igreja das Dores, construída sobre um “pelourinho”, com todas suas lendas e sua cativante escadaria (onde os capoeiristas costumam fazer seus jogos). E a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que foi construída pelos escravos com o objetivo de ali efetuarem seus cultos religiosos.

Necessário, portanto, preservar-se o conjunto desse patrimônio, como forma de se fazer justiça.

Com bases nesses argumentos não se pode mais negar a tutela do Estado ao vasto patrimônio histórico e cultural construído pelo povo negro. Por esta razão aguardamos com otimismo a acolhida da matéria pelos Senhores e Senhoras Deputados.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2007.

Deputado(a) Raul Carrion